

Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB



Coronel
Ustra



Idenir
Cecchim



Jonas
Reis



José
Freitas



Karen
Santos



Marcos
Filipi

009ª CUTHAB 25MAR2025

Pauta: O Quilombo dos Machado resiste: garantia de acesso aos serviços essenciais – luz, saneamento básico e água.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): (19h11min) Boa noite a todos e todas. Vamos dar início à nossa reunião da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB, e regularização fundiária, hoje sendo organizada diretamente do território dos Machados, Quilombo dos Machados, para tratar da regularização da água e da energia elétrica dentro do território. Essa é uma reunião de continuidade. Nosso último encontro foi no ano passado, ainda, onde a gente tirou uma série de encaminhamentos, e a nossa ideia é justamente seguir acompanhando quais são as orientações que os órgãos que foram convocados, no caso, o Departamento Municipal de Água e Esgoto e a Companhia de Energia Elétrica Equatorial, no âmbito da regularização do projeto que tem que ser elaborado para essa área. Então, essa é a terceira reunião de comissão, tratando dessa mesma pauta. Quero chamar para compor aqui a mesa comigo: Ver. Coronel Ustra, que é vereador desta comissão; Ver. Marcos Filipi, que também é desta comissão, justificou a ausência, colocando que está numa agenda na Zona Norte; Ver. Idenir Cecchim também justificou a ausência por motivos de saúde; Ver. Jonas Reis está a caminho; e também o Ver. José Freitas. É importante a presença dos vereadores para a gente conseguir ter

quórum na nossa comissão. Independente da presença dos vereadores, estão presentes aqui conosco as responsáveis e os responsáveis das secretarias e dos departamentos, e vou, desde então, chamar para compor a mesa: Jamaica, liderança do Quilombo dos Machados, por gentileza; engenheira Airana Ramalho do Canto, do Departamento Municipal de Água e Esgoto, gerente de planejamento; Rodrigo Abrahão, representante da CEEE Equatorial; Sr. Sebastião Henrique Santos Lima, representante do INCRA; Lara Machado Bitencourt, representante do Núcleo de Estudos em Geografia e Ambiente – NEGA da UFRGS; professora Maria Conceição Lopes Fontoura, representante da Fundação Cultural Palmares, seja muito bem-vinda, professora. E chamamos também para esta reunião a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, que é uma secretaria responsável pela capina, pelo patrulhamento das vias, responsável pela poda das árvores, pela arborização, para estar compondo também, porque a gente sabe que sempre tem demandas dentro dos territórios relacionadas a essa manutenção do território. Então, convido aqui o Marcos Otton, secretário adjunto da Secretaria de Serviços Urbanos, para estar compondo conosco esta mesa. Como é que funcionam as nossas reuniões de comissão? A gente tem um teto, normalmente 21h é o teto que a gente coloca, até para as representações conseguirem se deslocar para as suas residências. A gente abre a nossa reunião para que a liderança traga novamente qual é a pauta, qual é a demanda, como está se dando essa construção dentro do território, no âmbito da água e no âmbito da luz. A gente abre também para os vereadores presentes se manifestarem, para as entidades que foram convocadas, Fundação Palmares, o NEGA, que fez toda a elaboração do mapeamento do território, para a entidade INCRA também fazer algum anúncio relacionado ao processo de regularização dessa área quilombola. E, depois, a gente abre para as representações, DMAE e CEEE Equatorial, para nos trazer o retorno que ficou da nossa última reunião, que era o início, a abertura do protocolo, o início da elaboração da planta e como está se dando esse processo, o que a gente precisa da comunidade nesse sentido para dar andamento a esse processo de regularização. A gente abre também para que a comunidade que

está acompanhando possa se manifestar. A gente abre inscrições de três minutos. Eu sempre conto o tempo das manifestações para que a gente consiga respeitar o teto das 21h, e sair daqui com os encaminhamentos. Aqui está presente conosco a Câmara de Vereadores. Então, a estrutura da TVCâmara está conosco fazendo registro desta reunião e também as notas taquigráficas. De cada reunião que a gente faz, sai uma ata, que é um documento muito importante, não só para registro da memória daquilo que a gente vem acordando com os órgãos e com os departamentos, mas também caso a gente precise judicializar, é um documento importante de registro dos acordos que estão sendo feitos. As notas taquigráficas sempre pedem para, quando a gente for falar, que a gente se apresente: nome, sobrenome, a entidade que representa, para a gente sair daqui com uma boa ata. Eu sou a Ver.^a Karen Santos, estou presidenta dessa comissão durante este ano de 2025. A nossa comissão também está aberta para outras pautas relacionadas a transporte, moradia e regularização fundiária. Ver. Ustra, quer se manifestar, de imediato?

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Eu sou o Ver. Ustra, vim aqui apoiar a Karen. Ela foi lá numa solicitação no bairro Guarujá, eu vim aqui apoiar a Ver.^a Karen Santos, para a gente ter quórum também – não é, Karen? – e atender as demandas dos senhores e das senhoras aqui nesta região. Então, a gente está aqui em apoio à Ver.^a Karen Santos, que é a presidente da nossa comissão, muito mais para ouvir do que para falar; e vou ajudar também no controle do tempo aqui, Karen. Pode deixar que eu te ajudo no controle do tempo aqui. Está ok? Obrigado. Boa noite.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Então, de imediato, eu vou passar para a liderança do território. Por gentileza, Jamaica, explana para nós como é que está a situação, as principais demandas e o que tu esperas deste espaço.

SR. LUIZ ROGÉRIO MACHADO (JAMAICA): Boa noite, comunidade. Então, gente, quando a gente olha assim, a comunidade, só a gente mesmo sabe o que

a gente passa todos os dias da nossa caminhada. Quantas e quantas lutas, quantas noites mal dormidas, quantas e quantas ocupações, às vezes ocupando espaço porque as pessoas não queriam nos escutar, quantas e quantas demandas, quantos e quantos não. “Não”, “não”, “não”... Apesar do nosso povo já estar acostumado a escutar “não”; são 525 anos. Quantas e quantas coisas, assim, no nosso dia a dia, ameaça de despejo, ameaça, até eu fui ameaçado, por uma questão de não poder falar na 2ª Vara Civil do Foro do Sarandi. Muitas vezes, quando a gente chegava em algum local, as pessoas se escondiam. De, muitas vezes, tentar bater em alguma porta e dizer, “Pelo amor de Deus, olha só, nós estamos aqui”. Então foi tudo, assim, na dificuldade, mas, ao mesmo tempo, foi tudo na luta, na guerra. O Quilombo dos Machado sempre teve uma guerra para vencer. E essa guerra já vai fechar 12 anos. Essa conquista, que é quando a gente fala do básico do básico, que a gente tem direito, que é a água e que é a luz. Teve uma vez, em 2013, a gente teve que ocupar o DMAE para a gente conseguir, pelo menos, que ligassem um cano ali para a gente. O que eu quero dizer é que nada foi fácil para a gente estar chegando neste momento aqui. Nada foi fácil. Um momento em que a gente, minimamente, está conseguindo um diálogo mais forte com o DMAE, um diálogo mais forte com a CEEE. Mas, com certeza, através disso a gente teve que ter bastante apoios. Aqui, o Sebastião Henrique, dentro do INCRA o nosso maior parceiro, que até hoje é um cara com quem a gente pode contar bastante; a Karen, gente, eu tenho que falar. A gente conheceu a Karen bem antes dela ser vereadora. A gente conheceu a Karen na guerra, na luta, na luta mesmo, muitas vezes quase sendo presa por lutar por igualdade. Essa é a Karen. Bem antes de qualquer questão, essa é a Karen que caminhou e caminha com a gente, a gente dizendo “sim” e “não” para ela, e ela está sempre do nosso lado. Nunca nos decepcionou. Está sempre com a gente, em todos os momentos. E podem ter a certeza de que se um dia vocês chamarem ela de madrugada, ela vai estar aqui. Se estiverem de frente para uma reintegração de posse – que não vai ter, não é, Sebastião Henrique? –, uma reintegração de posse, alguma coisa, podem ter certeza de que ela vai estar aqui. Ela é parceira. E a gente está sempre correndo junto

também, em vários pontos, em vários momentos. E hoje a gente está aqui com o DMAE, com o INCRA, Fundação Palmares, Lara – do Núcleo de Estudos em Geografia –, que, desde o começo, ajudou todos em os laudos aí de dentro da comunidade. A gente ainda tem bastante demanda. Vereadores, sejam bem-vindos. A gente tem bastante demanda aí dentro do quilombo. A nossa maior demanda, neste momento, claro que é a titulação, mas, antes da titulação, isso que a gente está conseguindo aqui são políticas públicas para dentro da comunidade. É um direito da própria comunidade, enquanto sobrevivência. Então, creio que hoje é um dia positivo para que a gente peça aos responsáveis, que a gente saia daqui com coisas bastante positivas, que a gente possa dormir tranquilo, sem me ligarem: “Jamaica, será que vai rolar água mesmo?”, “Jamaica, será que vai ter a luz mesmo?”, “Jamaica, como é que fica essa rua aqui?”, “Jamaica,...” Sabem? Que são perguntas sadias do pessoal. Perguntas que eles têm que fazer, porque, muitas vezes, a gente não vê acontecer em lugar nenhum, ou não vem de lado nenhum. Então, por isso que é a pergunta do pessoal: será que a gente vai realizar esse grande desejo da comunidade de ter realmente a água, realmente a luz, realmente ter política pública? Querer ser a gente? Então, por isso que essa chamada aqui – segunda ou terceira chamada, Karen – é importante para que a gente possa se fortalecer enquanto Quilombo do Machado. Está bom, gente? Era isso aí. (Palmas.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Jamaica, pela sua manifestação. A gente está contando cinco minutos de tempo das manifestações, obviamente, o DMAE e a Equatorial, se precisarem de mais tempo, a gente consegue garantir esse espaço. Eu vou passar para o Sebastião, que é a representação do INCRA, para atualizar como é que está esse processo de regularização do território, que é um processo importante, até para a gente conseguir que o Município execute esse serviço.

SR. SEBASTIÃO HENRIQUE SANTOS LIMA: Boa noite a todos e a todas, na pessoa do Jamaica, eu saúdo a comunidade, a Ver.^a Karen e os vereadores aqui

presentes, eu acho que, antes de dar informação sobre o processo, é bom a gente ter o histórico. A comissão, vereadora, há 15 anos, ou um pouco mais, se envolveu nas políticas públicas e na garantia do território da família Silva. Fez 15 anos, há alguns meses atrás. Nós temos, aqui em Porto Alegre, 11 quilombos urbanos. Imagine isso. Eu estava falando com o Jamaica que existe gente que questiona isso. Quem disse que eles são quilombos? Quem disse que eles são quilombolas? Eles. Eles dizem. A legislação internacional, é uma conversão da OIT, diz que os quilombolas têm direito ao autorreconhecimento. A Fundação Cultural Palmares certifica, dá um documento em papel digital e diz para eles: “Olha, vocês estão reconhecidos pelo Estado como quilombos”. O autorreconhecimento é um direito dos quilombolas, então, é inquestionável o direito da comunidade a se autodeclarar e exigir o seu direito como políticas públicas, como quilombola, como comunidade quilombola. Nós temos aqui exemplos muito positivos, como o Quilombo dos Alpes, que receberam 50 belas casas para as suas famílias e vai ter mais 50 assim que nós titularmos a área. E tem outras políticas públicas. Por exemplo, nós garantimos a permanência – nós, o INCRA, assim como todo o movimento social, muita gente, vereadores, políticos – do Quilombo Vila Kédi. Porque a Prefeitura queria tirá-los com violência. Mas, com relação ao Quilombo Família Machado, como está no INCRA isso? Bom, nós já temos concluído, vereadora, o que nós chamamos de RTID, ou melhor, faltam duas peças para concluir esse RTID. Chamamos de levantamento fundiário para saber quem é proprietário dentro desta área – se não me engano, são só dois proprietários, então não teria muito problema – e se eles não têm ocupação, de fato, dentro da área da comunidade. Nós fizemos, com o apoio do Núcleo de Geografia da UFRGS, o NEGA, o cadastro de todas as famílias quilombolas, nós vamos, assim que nós tivermos o que se chamam condições operacionais, que são recursos financeiros e de pessoal, delimitar a área e vamos publicar este RTID. O que é isso? É o retrato da comunidade, é o mapa da ocupação, é o cadastro das famílias, é a definição de quem é proprietário, quem o INCRA vai indenizar. Para vocês terem uma ideia, vereadores e vereadoras, o Quilombo dos Alpes vai custar, entre “aspas”, porque

não é custo isso para o INCRA, R\$ 30 milhões, a indenização dos proprietários, que não colocaram um prego naquela propriedade. Mas são proprietários, a lei manda pagar, e nós, infelizmente, vamos pagar. Então, tem esses proprietários que nós vamos avaliar a área e vamos ter que pagar eles. Mas é a garantia que esse território chegará ao seu final, com a garantia que a comunidade terá um território definido, titulado, para que ela possa ter outras políticas públicas, como teve os Alpes, como teve o Silva, quais sejam, habitação, saneamento básico; são políticas que todos têm direito, inclusive os quilombolas. Então, o INCRA pretende, ainda neste semestre, neste semestre, encerrar esse RTID e publicá-lo. Porque, a partir da publicação, começa um prazo de contestação. Então, esses proprietários, possivelmente, vão contestar o relatório do INCRA, e nós vamos defender, na área administrativa, na área jurídica e na política, esse território que a comunidade apontou. Porque, como eu estava falando para a Jamaica, quem diz qual é o território da comunidade é a comunidade. Ela apontou um território, o INCRA veio aqui e disse e delimitou do jeito que a comunidade definiu.

Então, nós estamos com a certeza de que, a curto prazo, Jamaica, nós vamos publicar esse relatório e vamos fazer as etapas que virão, contestação, recurso ao que nós chamamos de Conselho Diretor do INCRA aqui, ao Conselho Diretor de Brasília. Tudo isso, infelizmente, é uma etapa que tem que passar, e é por isso que esse processo é longo, mas a garantia é que esse processo chegará ao fim em curto prazo, eu estou aqui, em nome do INCRA, para garantir. Vamos concluir, publicar a curto prazo o relatório da comunidade e vamos garantir esse território para a comunidade. Era isso que eu vim dar recado para vocês, obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Sebastião. Obrigada também pelo esforço, pelo empenho do INCRA na garantia dos territórios quilombolas da nossa cidade, que não é um assentamento, não é Minha Casa Minha Vida, é um território coletivo. E é uma preocupação do município de Porto Alegre conseguir também fazer essa construção das políticas públicas, porque

a gente sabe que são territórios que têm uma lógica completamente diferente dos condomínios que são feitos. E muitas vezes todos esses reparos da manutenção são direcionados aos condôminos, então a gente vê muitos assentamentos, Minha Casa Minha Vida, completamente deteriorados porque o município não tem mais a responsabilidade de fazer a manutenção depois que é dado o título. E a gente vem batalhando para que, nos territórios quilombolas, haja essa conexão no âmbito das reparações aos crimes que foram cometidos durante quase quatro séculos de escravidão. Então o Estado brasileiro deve, deve em âmbito de recursos, deve em âmbito de políticas públicas, reparações a todos esses descendentes escravizados que passaram por esse processo e que não tiveram nenhum tipo de indenização então essa é a nossa batalha. Vou passar para a professora Conceição para nos trazer um pouco mais sobre o papel da Fundação Palmares, como pode estar contribuindo nessa luta junto aos territórios quilombolas. Por gentileza, professora.

A Sra. Maria Conceição Lopes Fontoura está com a palavra.

SRA. MARIA CONCEIÇÃO LOPES FONTOURA: Então, inicialmente, boa noite. Ah, não, por favor. Boa noite?

(Todos respondem: Boa noite!)

SRA. MARIA CONCEIÇÃO LOPES FONTOURA: Está certo. Então, boa noite, Ver.^a Karen. Em seu nome, eu cumprimento a todas as pessoas que estão presentes nesta Mesa. Quero dizer, vereadora, e esta é a segunda, terceira, quarta, quinta, sexta vez que estou aqui e a vereadora me apresentou como representante da Fundação Cultural Palmares. Quero fazer um pequeno histórico, lembrando que a Fundação Cultural Palmares tem 36 anos, completou no ano passado. A Fundação Cultural Palmares surgiu antes da... Foi no mesmo ano em que surgiu a Constituição Cidadã, só que a Fundação Cultural Palmares é de agosto e a nossa Constituição é de outubro. E entre os compromissos que a Fundação Cultural Palmares tem – porque ela é vinculada ao Ministério da

Cultura – é estar junto com os quilombolas. E eu quero dizer que, de todas as pessoas aqui, posso dizer que a Fundação Cultural Palmares já fez a parte dela no momento em que certifica que essa é uma comunidade quilombola desde 7 de setembro de 2012.

Mas tu sabes bem, Jamaica, que isso não quer dizer tudo, não quer dizer que não exista mais compromisso. Existe, sim, o compromisso da Fundação Cultural Palmares, através de sua representação, que neste momento é feita pela minha pessoa, mas a Fundação, como um todo, tem um papel extremamente importante. E lembrando, assim, Ver.^a Karen e demais presentes, que neste final de semana a Fundação Cultural Palmares fez uma atuação bastante importante aqui no Rio Grande do Sul, demonstrando o seu compromisso com as comunidades quilombolas. Esteve aqui junto ao quilombo Maria Luisa Ireno, que fica situado no município de Canoas. Então, a Fundação Cultural Palmares tem efetivamente esse compromisso, e quero dizer que estaremos sempre juntos com a comunidade. Estivemos juntos nos momentos já difíceis, mas vamos estar também nesses momentos que apontam para um novo patamar, que é a efetiva realização dos direitos que a comunidade tem. Eu acredito e penso sempre, Jamaica, na forma positiva. Fazemos sempre a denúncia, mas não temos mais tempo só para a denúncia. Eu vivo o anúncio da situação que vai melhorar a vida das pessoas, sobretudo dos mais jovens. Que as crianças que estão aqui, os adolescentes, saibam e vivam com orgulho nesse espaço. E que esse espaço tenha políticas públicas que os valorizem, que valorizem a comunidade e que, graças a lutadores e lutadoras que são aqui da comunidade, elas venham a efetivamente acontecer. Então, mais uma vez, vou me despedir e dizer que a Fundação Cultural Palmares, a representação da Fundação Cultural Palmares, que ainda não tem uma casa. Vocês são mais felizes, porque nós estamos atrás de um lugar para que seja a nossa casa. Vocês aqui têm, estão brigando para manter. E eu quero também que a Fundação tenha uma casa, um espaço para fazermos reuniões, para fazermos demandas, para fazermos articulações para o nosso bem-viver. E, para fechar mesmo, vereadora, quero pedir licença para dizer que passarei aqui outro dia, Jamaica, para convidar as mulheres. Este ano,

as mulheres negras vão fazer uma marcha em Brasília, levando as suas demandas – as demandas que fazem para a sociedade nos seus diferentes locais: no município em que vivem, no estado em que vivem e no país em que vivem – para que seja, efetivamente, um País justo. Porque, até agora, ele é injusto, sobretudo para as mulheres negras. Obrigada, gente. Boa luta para nós.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Conceição. Uma honra te ter junto conosco aqui neste encontro. Dizendo que a elaboração das políticas públicas, hoje a gente está debatendo a água e a luz, mas também tem que estar na nossa visão, cotas para as quilombolas dentro das universidades, preferência nas vagas, nas creches, acesso preferencial aos postos de saúde. E acho muito importante a gente ter a Fundação, porque o Município, cada vez mais, tem que ser responsabilizado em relação a esse pertencimento. A nossa cidade tem 11 retomadas, 11 territórios em processo de titulação. Qual é a responsabilidade de Porto Alegre com a garantia da vida dos nossos filhos para terem acesso à saúde, à educação, ao lazer? Isso em âmbitos de políticas públicas, então, reivindicar também os fundos e os financiamentos do governo federal para que o Município consiga privilegiar essa população que, por muito tempo, vem passando por discriminações, preconceitos e exploração. Vou passar, de imediato, para a representação do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente, da UFRGS. Saudar a presença do Ver. Jonas Reis, vice-presidente desta comissão. Obrigada, Jonas, pela tua presença. Vou passar para a Lara Bitencourt, que é uma das representantes e responsáveis por ter feito o mapeamento dessa área. Lara, por gentileza.

SRA. LARA MACHADO BITENCOURT: Boa noite, pessoal. Com licença, boa noite; boa noite, Mesa. Meu nome é Lara Machado Bitencourt, sou geógrafa e representante do Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente, da UFRGS, do curso de Geografia. A gente acompanha o quilombo desde 2017, elaborando peças técnicas, relatórios, que venham auxiliar depois toda a institucionalidade. É importante destacar que esses relatórios, esses movimentos partem da iniciativa

das lideranças, da iniciativa da comunidade em nos receber e em nos acolher. Ele fica à disposição para todas as instituições que demandarem essa instrumentalização prévia, que parte justamente da autodemarcação, da autodefinição, da autodeclaração, desse desejo coletivo, quilombola. Eu acho que esse espaço é importante, sim, de a gente receber e pensar que o processo de regularização fundiária está imbricado com a destituição que acontece a nível federal, mas o espaço do quilombo dos Machados, do cotidiano, é em Porto Alegre. Então, o Município de Porto Alegre tem que se comprometer, sim, pelo bem viver, pela qualificação dessa vida que se reproduz aqui desde 2012, mas que é uma continuidade ali, da respeito.

Eu sei que a pauta é água e luz, mas acho que, dentro desse processo de regularização fundiária, a gente tem que pensar também na legalidade das vias, nos CEPs, no registro, para a gente ter comprovante de residência. Isso também faz parte do acesso à cidadania, que o Município nega que isso não existe. Então, como uma colaboração, a Mesa coloca essa demanda, que me parece evidente, nesses últimos anos a gente sempre observa isso. E, no mais, agradecer, dizer que estou aqui também fazendo a ata pela associação. No final, é interessante que os presentes assinem também essa ata, porque é um registro de que esse movimento está acontecendo dentro do território. Lembrando, mais uma vez, movimentação autônoma da comunidade, nessa capoeira, com a institucionalidade, mas para além dela, porque o quilombo existe e se movimenta e se organiza para além dela. Que seja uma colaboração e não uma oposição. Muito obrigada. (Pausa.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Lara. Acho que o próprio DMAE, quando pensa esse processo de regularização da água, acho que consegue garantir o comprovante de residência, mas aí eu vou deixar para a engenheira de projetos que está representando o Departamento Municipal de Água e Esgoto. Então, pessoal, sem mais delongas, vamos ouvir a representação do DMAE, engenheira Airana Ramalho do Canto, que está conosco já há três reuniões, elaborando o projeto aqui para a área.

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: Boa noite a todos. Meu nome é Airana, então, eu sou gerente de planejamento, sou engenheira do DMAE. Realmente na última reunião que a gente esteve, agradeço aqui, cumprimento a Ver.^a Karen e os demais participantes da Mesa, e agradeço o convite para participar. Desde a última reunião, eu já havia colocado que nós estávamos, conforme os encaminhamentos ali do INCRA, de delimitação da área, que a gente já estava preparando a entrada dessa comunidade aqui num programa que o DMAE tem de instalação de redes em áreas que ainda não estão regularizadas e que estão em processo de regularização. Então, essa área de vocês foi contemplada. Nós já fizemos aqui, já finalizamos todo o levantamento topográfico, vocês, com certeza, acompanharam aí a empresa contratada que esteve aqui fazendo o levantamento. Nós já terminamos também o projeto, eu até trouxe aqui o mapa com a delimitação, e o nosso projeto para a instalação da rede de água está todo pronto. A etapa que a gente está agora, que também já estamos quase finalizados, é a questão daquele cadastramento que foi casa por casa, cadastrar cada residência com o nome daquele proprietário em que vai ficar a conta da água, e aí assinam um termo de cadastramento, que é para que o DMAE possa instalar o ramal da ligação de água, e tem esse vínculo com o DMAE. Então, essa questão do endereço à conta da água já é um documento de vocês de regularização do endereço. Quando a gente faz ali o cadastramento, a gente manda lá para a SMAMUS a solicitação de um CPM, que é um código de endereçamento, que aí a gente pode lançar e é feita toda a numeração, é feita as plaquinhas para colocarem nas casas. Então, a partir dessa instalação da rede, vocês vão ter, sim, o endereço de vocês e o comprovante de endereço. Como a gente está nesse momento agora? E eu precisava pedir a colaboração de vocês, a gente cadastrou, o nosso projeto tem em torno de 1.500 metros de redes, então, em todas as vias e os acessos vão ser colocadas as redes regulares do DMAE. Nós levantamos 209 economias, com levantamento que a empresa veio e depois veio a equipe também de cadastramento do DMAE. Então nós temos 209 economias cadastradas. Nós temos já, e isso é um grande mérito

aqui, acho que a comunidade até está de parabéns pelo envolvimento, 190 termos cadastrados e assinados. No último sábado, foi feito um plantão pela empresa, porque eles tinham coletado 180 nas primeiras vezes que vieram, aí no sábado fizeram novamente um plantão e coletaram mais 10 termos. Hoje, a gente tem 19 termos faltantes, e aí eu conversava com o Jamaica, quando cheguei para a reunião, que o interesse de vocês, de toda a comunidade, é quanto antes terminar a coleta desses termos, antes eu consigo colocar vocês na fila para iniciar a obra, porque esse contrato, a gente tem muitas áreas que a gente está implantando rede, tanto na Zona Norte, na Zona Sul, em toda a cidade, em áreas que ainda estavam sem redes. Conforme eu vou terminando os projetos, lá na minha área fica essa questão do levantamento topográfico e do projeto, depois eu encaminho para a área de execução de obras. Eu só posso encaminhar para eles quando eu tenho todos os termos finalizados, que aí eu digo: está tudo *ok* lá com a comunidade, está todo mundo cadastrado, o projeto está *ok*. Aí, a partir desse momento, a gente marca uma reunião aqui com vocês, que provavelmente vai ser nesse mesmo lugar, estão todos convidados, eu ainda não tenho a data, mas a gente informa a liderança. Nessa reunião que a gente faz em horário noturno também, a gente apresenta o projeto e o engenheiro da obra traz informações, particularidades, como é que vai se dar o andamento da obra, como é que... Na obra também sempre tem alguns inconvenientes, mas sempre tem o fiscal do DMAE que vai acompanhar para a abertura das valas, fechamento, não deixar... Mas sempre acaba causando algum desconforto, e isso tudo é explicado nessa reunião de início de obra. Então, a etapa, agora, é terminarmos essa assinatura, eu vou passar ali para o Juliano os termos, que, em contato com Jamaica, ele vai ver quais esses 19 que estão faltando assinar. Quando terminarmos isso, eu mando para a etapa de obras e a gente marca a reunião aqui. Aí, marcando a reunião, a gente já dá uma data, mais ou menos, de quando vai se iniciar a obra e qual é o prazo; geralmente, dois, três meses, para a gente conseguir finalizar essa obra. Não é uma obra muito grande, mas sempre tem demanda, alguns serviços específicos, então acho que em torno de uns dois meses, no máximo três meses, a gente consegue fazer e deixar a

ligação regular de vocês em cada uma das residências. Acho que isso está muito próximo agora, é um grande feito da comunidade de vocês, e a gente gosta de estar propiciando essa regularidade. Então, só isso que eu gostaria de pedir para vocês, e até explicar: os que não assinarem o termo, em algum momento, se a gente tiver que... Faltaram três, faltaram dois que não assinaram, esses que não assinaram, eles teriam que depois pedir a ligação no posto, e a ligação no posto, posterior, ela tem um custo. Então, sempre a gente orienta que todo mundo faça, às vezes tem gente que não está no horário que a empresa veio, mas contatem os seus vizinhos, porque isso depois acaba prejudicando, porque a gente vai cortar as ligações irregulares. Assim que a gente fizer a rede e fizer a coleta, o laudo, para ver se a água está dentro dos parâmetros, a gente corta as ligações irregulares e fica tudo regularizado. Se vocês tiverem mais alguma dúvida, eu fico à disposição, mas acho que era isso, não é, vereadora?

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, engenheira Airana. Então, a gente tem 19 termos faltantes, para a gente buscar aí na comunidade quem ainda não assinou. Na sequência, uma nova reunião aqui para apresentar o projeto do início da obra, com o cronograma, pelo que foi colocado, de dois a três meses de execução. Acho que a tarefa que está colocada de imediato é a gente conseguir ter esses termos. Jamaica, quer fazer uma parte?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Exatamente isso.

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: (Início do pronunciamento fora do microfone. Inaudível.) ... Então, quando está tudo terminado, eu mando para a obra e vai pegando a fila ali para a execução.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Ótimo. Dúvidas? Vão segurando aí, que, assim que a gente ouvir a Equatorial, eu vou abrir para o pessoal se

manifestar, para também trazer essas colocações em relação a como a gente pode fazer a entrega desses termos. Vou passar agora para a representação da Equatorial. Em 2022, foi a primeira conversa com a empresa; na época, era o Marcelo, com o projeto de regularização. O Marcelo Paludo era o representante, era o gerente da Equatorial, e o projeto era a “regularização Gambiarra”. O Marcelo chegou a vir aqui dentro da comunidade, começou a ser feita uma caminhada com os empregados da empresa e, em determinado momento, o Marcelo Paludo foi desligado da Equatorial, aí a gente perdeu esse contato com a empresa. Do ano passado para cá, foi colocada à disposição, desde que teve aquele apagão na cidade de Porto Alegre, que a gente ficou 7, 10 dias sem luz, colocaram um representante da Equatorial em contato com os vereadores lá na Câmara. E, desde então, quem vem sendo contatado para dar conta das demandas dos vereadores é o Abrahão, que também está com a responsabilidade da abertura do protocolo aqui da regularização do Quilombo dos Machado. Abrahão, como está esse processo de protocolo? Quais são os cronogramas da empresa? Como a gente pretende caminhar daqui para frente? A gente está na terceira ou quarta reunião já com a CEEE para tentar dar início à abertura do protocolo. Eu sei que o protocolo já está aberto. E, daqui para frente, agora, quais são os próximos passos?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Boa noite a todos. No final do ano passado, a Ver.^a Karen nos procurou, buscando a regularização da energia aqui no quilombo. Então, dependíamos de alguns documentos que já foram entregues. E, através desses documentos, a gente conseguiu abrir o protocolo, encaminhar o pedido de projeto. Então, foi encaminhado por uma empresa de projetos para que seja feito um estudo aqui da área – isso já foi feito no início de março. E a previsão de conclusão do projeto é agora até o final do mês. Então, a gente acredita que até semana que vem a gente já tenha o projeto pronto. E em cima disso, a gente possa ter uma previsão de quando começam as obras aqui no quilombo. Então, logo após, também, quando se iniciar o processo de regularização, quando a empresa começar a colocação de postes aqui na área – existe, em conjunto, o

programa, a Plataforma E+ comunidades, onde é feito um atendimento itinerante aqui na área, onde pode ser cadastrado também, depois que for feita a regularização, o número do NIS, para que se tenha também desconto na conta da luz. Cada morador também vai ter a sua conta de energia; conforme a Lara colocou ali, a questão também da dignidade, de ter um comprovante de residência.

SRA. LARA MACHADO BITENCOURT: (Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Sim, e junto com a regularização, além dessa questão da dignidade, de ter uma conta de luz, de poder ter um comprovante de residência, também com a energia regularizada, aumenta também a segurança no fornecimento de energia, evitando também acidentes. Então, a gente acredita que logo em seguida a gente possa ter mais informações, ter mais informações referentes a prazos também, de quando vai ser feita a conclusão da obra. Em poucos dias, a gente acredita que já possa ter essa informação para trazer para vocês. A gente está em contato permanente com a vereadora; assim que nós tivermos essas informações, vamos estar repassando para ela. Dúvidas, também, eventualmente, perguntas que queiram fazer, posteriormente, a gente fica à disposição.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Estou conversando aqui com o Ver. Ustra sobre essa responsabilidade do CEP, porque, na Câmara de Vereadores, nós damos nome para as ruas, a gente muda nome de rua lá toda segunda-feira, toda quarta-feira, mas isso também não garante o CEP, porque a gente mudou o nome do quilombo lá dos Alpes. Eu vou passar para o secretário adjunto da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos apresentar as atribuições da secretaria, e, secretário, se for dela já essa condição do CEP das ruas, também já coloca, porque é uma demanda que a gente precisa ver onde a gente consegue, não só colocar placas. Placas, hoje, são colocadas por uma empresa

terceirizada; a gente dá nome para as ruas, a empresa vai lá e coloca a placa com o nome da rua, novo ou antigo, direitinho. Só que ali também, muitas vezes, não tem o CEP, então é uma demanda que está posta para a gente ir atrás disso. O Sr. Marcos Otton, secretário adjunto da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, está com a palavra.

SR. MARCOS RENATO B. OTTON: Boa noite a todos. Meu nome é Marcos Otton, secretário adjunto de Serviços Urbanos de Porto Alegre. Boa noite, Ver.^a Karen Santos; boa noite, Ver. Ustra; boa noite, Ver. Jonas e demais integrantes da Mesa. A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos é responsável por toda a zeladoria da cidade; sendo mais específico, pelas podas da cidade, pela iluminação pública. Eu vejo que aqui temos que entrar com a CEEE Equatorial colocando os postes para que a gente possa fazer a nossa parte de iluminação pública. A gente também é responsável por todas as praças da cidade – são mais de 750 praças – e também pelos parques da nossa cidade. Somos responsáveis também pela pavimentação das vias que possuem asfalto e pelas não pavimentadas – aqui, eu vejo que tem muitas ruas não pavimentadas, então a responsabilidade também é da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. E, também, dentro da secretaria, está a limpeza urbana da nossa cidade. Eu vejo aqui, Ver.^a Karen Santos, que a gente está em um processo de regularização, e a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos também tem que ter um papel atual na questão de a gente dar as mínimas condições; também, futuramente, quando tiver a questão do DMAE fazendo sua intervenção, porque é muito importante para que a gente possa fazer as devidas manutenções com asfalto, melhorar as vias, poder colocar meio-fio, enfim, botar toda a infraestrutura que eu acho que essa comunidade merece. Então também a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos é uma parceira para que a gente consiga fazer todo esse processo. Então aqui eu me coloco à disposição, eu sei que a gente tem muitas demandas de poda, tem a questão de vias, a gente pode depois dar encaminhamentos para essas demandas que não forem atendidas. Vocês sabem que o canal de entrada na Prefeitura é através do 156; a gente pode fazer através do WhatsApp e do

156+POA. E, também, na parte de iluminação pública, nas vias que tiverem, no sistema do Ilumina POA, da nossa concessionária IP Sul. Então aqui eu me coloco à disposição de qualquer demanda da parte de zeladoria para a gente compor aqui. Desde já, agradecer pelo convite da Câmara de Vereadores. Nós, lá na secretaria, somos parceiros para construir juntos a melhoria de todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, secretário. De imediato, a gente sabe que, com as chuvas, a gente vai demandar patrulhamento das ruas e saibro, que é uma demanda pela qual o Jamaica sempre está brigando, porque fica completamente esburacada – essa via está sendo utilizada, inclusive, como um retorno da via principal. Então, talvez seja até uma conversa, Jamaica, para uma próxima reunião, a gente seguir com essa pauta da manutenção das vias.

O Ver. Jonas está inscrito, vou abrir inscrições, Jamaica está pedindo uma inscrição também, vou abrir as inscrições para quem está acompanhando a reunião que queira se manifestar, ficou com alguma dúvida, está com alguma questão, para trazer nesse momento. Jonas, posso passar primeiro para o Jamaica, que é uma questão de ordem? (Pausa.) Não esquece de se apresentar para as notas taquigráficas pegarem essa ata.

SR. LUIZ ROGÉRIO MACHADO (JAMAICA): Quando a gente fala da questão da via, quando a gente vai fazer o patrolamento, a gente fala da Rocco Aloise, mas já é uma demanda de muito tempo que não seja só a Rocco Aloise enquanto principal, mas também toda, nesse momento assim, a comunidade no total, que muitas vezes precisa, e precisa muito essa questão, que não fique só na Rocco Aloise, mas fique em toda a comunidade, o asfalto também.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente Karen, parabéns pela pauta, cumprimento o colega Ustra também e os demais que estão compondo a mesa do governo e, principalmente, a comunidade que está organizada em

busca dos seus direitos. Mas eu queria deixar aqui consignado, vereadora, que eu acho que o DMAE não pode esperar essas 19. Acho que tem que ter um outro meio, porque se as pessoas que já assinaram o documento, já está tudo, acho que a empresa... Para o DMAE é uma boa, 190 pagantes, acho que é excelente, para o DMAE é dinheiro que vai entrar no caixa do DMAE.

Então, eu deixo essa sugestão aqui para avaliá-la com o governo, uma solução para isso, porque pode ser que se arraste muito. Acho que não pode ser impeditivo 10% apenas dos documentos para a gente poder ter a água.

E sobre a Equatorial, com todo respeito ao colega aqui que está representando a Equatorial, eu estou por aqui com a Equatorial, e Porto Alegre inteira. Claro que aqui não é o assunto, mas eu quero aproveitar para dizer que nós não aguentamos mais a Equatorial do jeito que está. A gente paga cara a conta de luz, a gente tem oscilação em tudo que é bairro. Nos bairros centrais, a gente tem oscilação de energia. Nós temos ido, inclusive, no Ministério Público para tentar resolver. Se vocês querem ganhar dinheiro, a empresa quer ganhar dinheiro, vocês têm que botar a mão na massa, tem que colocar poste onde não tem e tem que recolocar onde está caindo aos pedaços. Nós estamos tendo acidentes, esses postes de madeira velho aí, por toda a cidade. A nossa Comissão discute a questão urbana como um todo, então, não poderia deixar passar aqui. Talvez você não seja o responsável, talvez nem tivesse que estar ouvindo, mas é o representante, a empresa tem que ouvir, porque a empresa entrou, tem que trabalhar.

E sobre o CEP, a gente tem que encaminhar, Karen, pelos Correios, porque são os Correios, conforme o zoneamento que faz essa organização. Então, acho que a Secretaria de Serviços Urbanos tinha que fazer um pedido aos Correios, porque uma coisa é a Prefeitura pedir, outra coisa é os vereadores. A gente pode enviar também, vamos enviar, a CUTHAB assina, nós três aqui e outros, mas vocês, a Secretaria de Serviços Urbanos, têm que fazer essa solicitação, porque vocês têm o mapa, têm o croqui e tudo. Enfim, estamos aqui para somar, contem conosco. Eu pertenço ao PT, Partido dos Trabalhadores, estou hoje como líder da oposição, mas, independentemente a gente está para somar, ajudar nas

comunidades. Mais uma vez, Ver.^a Karen, fizemos questão de vir aqui, nessa pauta chamada por V. Exa., vamos sempre somar para ajudar a comunidade.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Jonas. Pegamos o encaminhamento, então, fazer um ofício enquanto Comissão, solicitação aos Correios, a Secretaria de Serviços Urbanos assina junto, para a gente conseguir o CEP. Aí a gente pede a modificação da placa, para a empresa terceirizada que faz as placas, para já botar com o CEP junto. Isso acho que é uma coisa tranquila e rápida de fazer. Estão abertas as inscrições para quem queira se manifestar, quem ficou com alguma dúvida, alguma questão. Por gentileza, qual o seu nome?

SRA. BERENICE: Boa noite a todos. Me chamo Berenice, sou moradora da comunidade, uma das primeiras que vieram para cá. Estou nessa luta, acompanhando agora, já lutei muito do lado do Jamaica e de todas as pessoas que já passaram por aqui. Agradeço a vocês pela ajuda, que é importante, que a gente precisa. Ficou duas dúvidas. A questão da Equatorial, desculpe, não gravei o seu nome, cheguei do trabalho, cabeça cheia.... Rodrigo. Você colocou ali a questão do NIS, que depois a gente vai acrescentar. Então, essa tarifa social não será para todo mundo, ela depende do NIS de quem se encaixa no baixa renda. A segunda questão é se todos esses serviços que agora a gente vai conseguir, esses serviços básicos, que é a saúde, a água, a luz... Eu perdi a parte do INCRA; então eu gostaria de saber se isso nos dá garantia de permanência no território ou depende muito do processo que está ainda tramitando na Justiça. Era isso. Muito obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Andrei, por gentileza, Andrei. Não tem problema, pode se manifestar.

SR. ANDREI OLIVEIRA: Na verdade – tudo bem? –, a minha dúvida seria só referente à assinatura que eu não estava no dia, acho que foi o DMAE que veio

e emplacou a casa. Essa seria a minha questão, de quando seria isso e se tem um prazo que eu pudesse vir.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Andrei. O pessoal da Mesa aqui vai pegando as questões para depois fazer uma rodada de esclarecimento. Mais alguma pessoa com alguma questão, alguma dúvida? (Pausa.) Vou passar, então, para eles colocarem. Se alguém ficar com alguma questão, a gente reabre de novo, temos até as 9 horas para resolver essas questões. Vou passar primeiro para a Equatorial, em relação ao NIS e a possibilidade de o cadastramento ser baixa renda sem necessidade.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Boa noite; respondendo à Berenice, para ter o desconto na fatura de energia, obrigatoriamente, é necessário ter o NIS. É importante procurar os CRAS, para ver quem tem possibilidade de fazer o cadastramento, para, depois, quando for feita a regularização de fato, que a gente possa cadastrar na unidade consumidora o número do NIS, para que possa trazer um desconto na fatura, um desconto permanente na fatura, porque também é um interesse da Equatorial de proporcionar esse desconto, porque é um valor já subsidiado. Então, quanto mais pessoas puderem aderir, é melhor para a empresa e melhor para o consumidor também. Quem não tem o NIS, pode já começar a se adiantar para buscar o CRAS, para poder buscar o seu próprio número.

SR. SEBASTIÃO HENRIQUE SANTOS LIMA: Não me apresentei no início, perdão, eu sou o Sebastião Henrique Lima, sou chefe da Divisão de Territórios Quilombolas do INCRA – Rio Grande do Sul, é a parte do INCRA que trata exclusivamente da regularização de territórios quilombolas. Quando a comunidade abre o processo no INCRA, a partir deste momento, o INCRA e a Fundação Cultural Palmares, apesar que a lei diz que a Fundação Cultural Palmares depois de titulado, mas, na prática, ela defende a comunidade, seja na área administrativa, judicial e política. Por exemplo, nós somos instados, nós

somos pressionados por uma ação judicial para concluir esse processo. O Ministério Público tem uma ação contra nós, nos dando prazo e, todo dia, chega lá ofício: façam, façam, façam. Então, nós temos uma ação judicial para nós fazermos. Se, porventura, tiver uma ação para nós não fazermos, nós vamos brigar na Justiça para fazer. Então, o INCRA é responsável para defender, judicialmente, se for necessário, esse território. Então, neste momento, nós estamos para concluir o relatório técnico, que vamos publicar no Diário Oficial da União e do Estado, em dois dias consecutivos, para abrir a contestação, se caso houver. Mas, desde a abertura do processo no INCRA, o INCRA tem a obrigação de defender esse território e a comunidade. Então, o processo, ele está em andamento, sim, mas nós temos a obrigação, não é uma questão de querer ou não, da manutenção da comunidade neste território. Só aproveitar a questão do NIS, o INCRA vai começar, talvez mês que vem, o cadastramento de todos os quilombolas, de todas as 160 comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, para que os quilombolas tenham acesso a políticas públicas, que vai desde dinheiro, que é crédito, que a gente chama, até habitação, até, como falou a vereadora, vaga nas universidades. O INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – tem um programa chamado Pronera, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, que não é cota. O INCRA faz turmas de assentados de reforma agrária, de quilombolas. Já está na quarta turma de veterinária em Pelotas, já está na terceira turma de agronomia, em outro lugar, e vai ter agora a primeira turma de medicina em Pelotas, só para assentados de reforma agrária e quilombolas. Então, nesse cadastro, nós vamos ter o que a gente chama de núcleo familiar, que vai saber quem é o pai e a mãe, os seus filhos, a idade, etc., e vamos fazer o diagnóstico de cada comunidade. Nós vamos saber quantos são, onde estão, se estão perto ou longe de posto de saúde, se estão perto ou longe de escola, se a estrada de acesso é boa ou ruim, tudo isso nós vamos fazer esse diagnóstico, tanto para as políticas públicas do governo, não só do INCRA, mas de outros órgãos públicos, mas vamos entregar esse diagnóstico na mão da comunidade. Ela vai ter um livro, vamos dizer assim, ela vai saber quais são as necessidades que ela apresentou, vai bater na porta

da Prefeitura, do governo do Estado e do governo federal, exigindo que as políticas públicas que o diagnóstico apontou sejam implementadas. E aí entra o NIS – Número de Identificação Social –, porque as políticas públicas para quilombolas são para os mais necessitados. Então, o CadÚnico – Cadastro Único – e o NIS são, em momentos diferentes, exigências. Por exemplo, para crédito, para dinheiro, tem que ter o CadÚnico. Para acessar políticas públicas, tem que ter o NIS para a questão de salário, de verba. Obviamente, se tiver um projeto habitacional para uma comunidade e no meio dela tem pessoas que estão no nível acima, obviamente não dá para excluir, porque tem que fazer as casas, não tem como dizer para passar um aqui, passar outro. Mas esses documentos são fundamentais, porque as políticas públicas são para quem mais precisa. Então, o CadÚnico e o NIS são fundamentais nesse cadastramento que nós vamos fazer. (Palmas.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Sebastião. Vou passar para a Sra. Airana, engenheira do DMAE, por gentileza.

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: Andrei, boa a tua pergunta, essa questão da gente verificar e contatar os vizinhos que ainda não assinaram. Eu vou passar os termos para o Juliano, que é o meu colega que está aqui na frente, se tu quiseres deixar o teu telefone com ele, então, os termos vão ficar com o Juliano e com o Jamaica, para a gente ver se consegue acelerar essas assinaturas. É uma forma da gente adiantar o início da execução da obra de vocês e também beneficiar esses vizinhos que, por algum motivo, não foram encontrados, não assinaram ainda, que eles tenham também a garantia de conseguir o ramal sem ter que pagar depois a solicitação do ramal. Então, isso também é um benefício para todos os moradores, por isso que a gente está fazendo esse mutirão, foram feitos plantões aqui e agora, então, a gente deixa com o Juliano e com o Jamaica, tá? Obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada. Pessoal, até agora ninguém se inscreveu, eu estou com alguns encaminhamentos aqui da nossa reunião. A questão do CEP, vamos encaminhar, enquanto comissão e serviços urbanos, um ofício para o Correio pedindo para trocar a placa da rua com a Aloízio e denominar ali o CEP. Em relação à água, mutirão essa semana para que as 19 pessoas faltantes consigam fazer essa assinatura. Se não fizerem, dá para o DMAE encaminhar, mas, como a engenheira colocou, essas pessoas vão ter que pagar depois uma taxa lá para religar. Então, vamos garantir essa semana esse mutirão para ir atrás dessas 19 pessoas que ainda não fizeram a assinatura do termo. Do DMAE, o projeto já está *ok*. Colocou que, daqui a mais um mês, a gente consegue ter o projeto com o engenheiro para dar o início da obra. Propõe o Jamaica que, daqui a dois meses, a gente se reúna aqui novamente para dar esse retorno do DMAE e o retorno também da CEEE Equatorial. A Equatorial falou que, no final do mês de março, está com o projeto já encaminhado. São duas etapas, o projeto e depois a empresa que vai fazer a obra. O DMAE já está com o projeto *ok*, vai precisar encaminhar e apresentar aqui para a comunidade o projeto e o engenheiro que vai acompanhar. Até lá, daqui a dois meses, eu acredito que a CEEE já vai ter esse projeto e algum apontamento da empresa que vai fazer a regularização. Então, novamente, Abrahão, vou te convocar para estar conosco para que apresente a continuidade desse projeto e a empresa que vai ficar responsável de estar fazendo a execução da regularização aqui na comunidade. Das principais pautas, água e luz, está dado. Para uma próxima reunião também, Jamaica, fica de sugestão, já que a gente está com a presença aqui dos serviços urbanos, patrolamento das vias. Se a gente conseguir ter todas as vias que precisam ser patroladas por nome, fica mais fácil de a gente encaminhar para que eles não pulem nenhuma. E vocês, obviamente, nos ajudam a fiscalizar: “Olha, a empresa dos serviços urbanos está na comunidade hoje, não passou na rua tal.” E aí gente fica em cima ali do secretário, cobrando que a empresa é terceirizada. Hoje tudo é terceirizado, pessoal. Então, é muito difícil fiscalizar sem a presença da... A CEEE é privada, mas já é terceirizada, o DMAE vai terceirizar para uma

empresa. Então, são muitas empresas, e a gente tem que ficar em cima para ver se estão fazendo um bom serviço e para ver se está tendo o retorno do dinheiro público. Então, seriam esses os encaminhamentos, CEP, água, CEEE, daqui a dois meses; fazer esse mutirão essa semana para que a gente possa o quanto antes... Eu dou a previsão de dois meses, Jamaica, mas, se o DMAE conseguir, antes desse período já ter encaminhado a empresa que vai iniciar a obra, a gente consegue adiantar. Se não, prazo máximo, dois meses, nós, novamente, aqui dentro da comunidade. Pode ser assim? Alguém ficou com alguma dúvida, alguma questão? Muito obrigada. Claro, pode ir.

SRA. FERNANDA: Boa noite, me chamo Fernanda. Esqueci o nome do moço aqui... Para tirar árvores também é com o senhor? No caso, tem uma árvore ali que é muito grande e ela está meio que derrubando uma das casas, entrando assim para dentro. No caso, ela está dentro do terreno do vizinho, mas ela está empurrando uma das casas, está estragando. Já estragou o telhado, já estragou o tijolo, já derrubou para dentro.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Vou passar para ti responder e registrar ali nas atas.

SR. MARCOS RENATO B. OTTON: Podas, tem a questão do manejo, que é dito podas, e também a parte de supressão. A Secretaria de Serviços Urbanos atua na área pública, ou seja, na frente da sua calçada, nas vias, ela é responsável pela manutenção. E, nas áreas privadas, nós temos o programa Baixa Renda, ou seja, se ganha até três salários mínimos, a pessoa solicita para a Subprefeitura. A Subprefeitura vai lá, caracteriza que é uma propriedade de baixa renda e a Secretaria de Serviços Urbanos faz a execução. No teu caso, tem que abrir esse protocolo. Quem tem acima dos três salários mínimos, faz a solicitação pela Secretaria do Meio Ambiente, solicita uma autorização para poder fazer esse manejo da forma correta. São esses fatores. O que está sendo relatado são árvores nas áreas privadas. E vocês também podem, se árvore não

é na minha área privada, mas é a área do vizinho, vocês também podem entrar na aba de denúncia e fazer essa denúncia, dizendo que está na área e é encaminhado para a Secretaria do Meio Ambiente, e a Secretaria do Meio Ambiente faz a vistoria e notifica esse vizinho para providenciar a manutenção.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Não sei se eu não escutei. Eu sou o Rodrigo. Da parte do DMAE, tem a parte da ligação da água, e nesse projeto está junto a parte do esgoto também? Não sei se foi falado, não sei se eu não escutei.

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: Não, a parte do esgoto não está contemplada nesse projeto. Daí seria uma outra etapa, um pouco mais demorada, porque o esgoto é um projeto um pouco mais complicado. Tem que ter onde ligar, depende da declividade, depende da pavimentação da rua, tem vários fatores. Esse projeto que a gente está trabalhando, nós identificamos 74 áreas irregulares em Porto Alegre, então, a gente está trabalhando nessas áreas, mas para atender, no primeiro momento, só a regularização da rede de água. O esgoto seria um encaminhamento futuro daí.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): O DMAE assumiu as funções do departamento de esgoto em 2019, se eu não me engano, o pluvial, a água da chuva, e o cloacal, depois que o DEP foi extinto pela Prefeitura da época por casos de corrupção. O DMAE assumiu toda a drenagem e o tratamento de esgoto da cidade sem ter aporte algum.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. AIRANA RAMALHO DO CANTO: O esgoto já era, foi o pluvial.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Então, a gente está com essa demanda, a cidade inteira afundou, no ano passado, com as enchentes, e a gente não está conseguindo qualificar o DMAE em âmbito de corpo técnico, de

engenheiros, para conseguir dar conta da demanda. A proposta do governo Melo é a concessão desse serviço para alguma empresa privada assumir, mas isso é uma batalha que ainda está dada assim, para que o DMAE consiga ter projeto, obras e contratações, a qualificação do departamento, porque hoje, do jeito que está, está muito difícil de a gente vislumbrar uma alternativa para as inundações e para o esgoto da cidade. Não tem engenheiro, não tem técnico suficiente, e os recursos que estão vindo, que estão lá dentro do departamento, muitas vezes, quem está na ponta não tem autonomia de mexer, porque os diretores, muitas vezes, são funções gratificadas ou cargos comissionados que não têm tanto esse objetivo de estender a rede pública, estão mais com essa ideia de conceder. Isso é uma questão política, mas acho que é importante, sim, a gente, desde já, fazer esse encaminhamento para que, na sequência, a gente consiga fazer... não na sequência, desde já fazer a solicitação para a instalação da rede de esgoto e da rede pluvial, e aí a gente seguir também nessa batalha, porque vai ter que ter pressão. Todas as comunidades que a gente vai, enquanto comissão, a gente estava lá no Guarujá, a mesma coisa, o pessoal está sendo inundado, toda chuvinha que cai, o pessoal sofre lá com o aumento da água da chuva, bem pertinho de Ipanema. Então, não é um problema só dos Machado, é um problema da cidade, e, para isso, do meu ponto de vista, ter um DMAE forte, ter um DMAE atuante, que a gente conheça os engenheiros, que eles venham nas comunidades, para mim, isso é um caminho para a gente conseguir conquistar isso.

Com todo respeito à CEEE Equatorial, quando a gente ficou sem luz, a empresa não atendeu nem o prefeito. Então, fica muito mais fácil a gente ter o controle quando é público do que quando é uma empresa privada, uma terceirizada, que a gente não conhece os funcionários, ou os funcionários são demitidos, que nem começou o processo aqui com o Marcelo: do nada, o Marcelo foi demitido, a gente já não tinha mais contato algum. A defesa das coisas públicas não é ideologia, é porque a gente entende que a gente tem mais controle e fiscalização. Dos encaminhamentos, então, poda, como o secretário colocou, tem que ter o cadastro único. Isso foi uma lei que aprovou lá na Câmara, para que as pessoas

possam ter acesso à poda pelo Município, tem que ter o cadastro. Aí faz o cadastro, faz a solicitação, pode ser pelo CRAS também. Estou acompanhando uma demanda de poda, e é bem isso, entra numa fila, mas, como é quilombo aqui, acho que a gente vai seguir tensionando, para que a gente consiga ter um determinado privilégio dentro dessas filas, por entender o grau de vulnerabilidade que as comunidades quilombolas estão colocadas. Seriam esses os encaminhamentos, pessoal. Quem tem demanda de poda, o que dá para fazer? Tira uma foto da árvore, manda para o Jamaica que a gente vai organizando isso, o endereço direitinho, a foto da árvore, e se tem o cadastro, que, daí, a gente ajuda a encaminhar para a Secretaria de Serviços Urbanos. É um caminho.

Vou passar para o Jamaica encerrar a nossa reunião. Desde já, quero agradecer a atenção de todos. Por gentileza, Jamaica.

SR. LUIZ ROGÉRIO MACHADO (JAMAICA): Um pouquinho antes de encerrar, mais uma questão com a própria Equatorial, com a CEEE. Cada vez que cai... Em primeiro lugar, há muito tempo a gente está tentando regularizar a luz na comunidade, tanto a água como a luz. Mas, cada vez que cai, vou dar o exemplo da dona Alzira ali, é uma guerra para que possa ligar. E a resposta é sempre a mesma: a área não é regularizada, a área não é regularizada. Por exemplo, a questão do CEP, me manda um CEP. Essa questão... Ou entra num protocolo. O protocolo é uma coisa que sempre nos atrapalha, sempre nos incomoda, porque você é apenas mais um, muitas vezes, ali dentro. Então, a gente não quer saber esse lance de estar... Não de estar na frente, mas, muitas vezes, respondido, porque a maioria das vezes a gente não é respondido. E, quando cai assim, às vezes, é uma semana, duas, três semanas assim, o pessoal na maior correria, quase toda a comunidade mobilizando por uma questão assim que, muitas vezes, não ligam. Eu queria ver, se desse para fazer, até vir todo esse projeto, uma responsabilidade positiva da própria Equatorial que, cada vez que caísse a luz, neste momento, porque a gente aqui, e caiu hoje, que a CEEE se comprometesse, mesmo sabendo que a gente está em regularização, mas

que a gente quer regularizar, viesse e ligasse naquele momento. Porque, se a gente não está pagando alguma coisa, é porque a própria Equatorial não quis ainda fazer todo esse trabalho com a gente. Então, a gente, quando tem filho pequeno – eu tenho uma menininha de sete meses –, tem várias demandas ali, muitas vezes estraga a coisa que a gente demora 30 anos para comprar, vamos supor assim. Quando a geladeira, a carnezinha da geladeira estragar, é bem complicada essa situação. Queria ver se a gente conseguisse, meu irmão, com todo respeito, se, cada vez que caísse, a gente não morresse atrás de alguém para ligar, até a gente regularizar totalmente essa caminhada, que é muito importante, e são vidas que estão em jogo ali também. E não é por causa da gente, muitas vezes é por causa de alguns descasos que não querem fazer com que a gente se fortaleça ali dentro da própria comunidade.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Com certeza a gente pode levar essa questão que o Jamaica levantou para a empresa, e que a gente possa...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Não posso... Não tenho autonomia para te garantir isso, mas a gente pode levar essa proposta e, tendo o êxito, a gente comunica através da vereadora.

SR. SEBASTIÃO HENRIQUE SANTOS LIMA: Rapidinho, só queria informar ao colega da Equatorial, e eu, inclusive, fiz um documento, mandei para a comunidade, mandei para a Equatorial, que a Agência Nacional de Energia Elétrica tem um artigo lá nas suas resoluções em que ela diz claramente que as comunidades indígenas e quilombolas têm que ter um tratamento diferenciado. Então, essa questão da regularização é uma questão técnica, porque precisa passar pela questão técnica. Mas as questões emergenciais não podem justificar um território que não está regularizado por não fazer, porque o território quilombola é um processo de regularização permanente. Por isso que a Agência

Nacional de Energia Elétrica... Eu mandei até para a vereadora, lembra? Eu mandei, destaquei o artigo que diz claramente que em situações dessas – comunidades indígenas quilombolas e tradicionais, outras tais – tem que haver tratamento diferenciado por serem comunidades tradicionais, mesmo uma empresa privada, ela é obrigada a cumprir as resoluções da ANEEL. Então – eu já fiz isso com o Jamaica –, toda vez que tiver interrupção de energia, vocês liguem para mim, que nós, imediatamente, ligamos para Equatorial e vamos lembrá-los que este artigo tem que ser cumprido. Não é uma questão do que pode ou o que não pode, tem que ser cumprido, é lei, é isso, está *ok*? (Palmas.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Tem que ser cumprido então, Abrahão, não é nem informar os seus superiores que eles hoje estão descumprindo aquilo que está na normativa da agência reguladora. Por gentileza, Jamaica.

SR. LUIZ ROGÉRIO MACHADO (JAMAICA): Então, gente, quero agradecer a presença da Fundação Palmares, agradecer a presença do INCRA, agradecer a presença da Equatorial, do DMAE, do irmão Marcos, dos vereadores, da comunidade, que é lutadora e guerreira, todos os dias. Mais uma etapa estamos passando aí, e já vamos deixar, Karen, já quase que esperando a próxima reunião, para que a gente tenha mais respostas, para que a comunidade possa evoluir, ela possa andar e ela possa ter os direitos, como o próprio Sebastião Henrique falou, que é um direito nosso. A gente não está pressionando nem botando a faca no pescoço de ninguém, mas a gente está pedindo aquilo que é nosso por direito, que está na Constituição.

Então, acho que isso é muito importante para a gente, e vamos lá, vamos continuar lutando. Estamos juntos, pessoal, estamos juntos, estamos juntos. Obrigado aí pela presença de tudo, de todos, de todas, e é nós. É o quilombo!

(Encerra-se a reunião às 20h29min.)